

CLIPPING IMPRESSO

20/03/2021



INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	2 - 6
3. INSTITUCIONAL	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	7
4. JUÍZES	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	8
4.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	9 - 10
5. PRESIDÊNCIA	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	11 - 13
6. PUBLICIDADE LEGAL	
6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	14
7. VARA CÍVEL	
7.1. JORNAL PEQUENO.....	15
8. VARA DA SAÚDE PÚBLICA	
8.1. JORNAL PEQUENO.....	16
9. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
9.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	17 - 23

LIVRO:

Lourival Serejo sob o véu da boa ficção

Nesses longos e extenuantes meses de pandemia tenho tentado acoitar a minha angústia nas páginas dos livros que me chegam em casa pelas mãos do carteiro ou pela generosidade de algum amigo que, como eu, desconfia que a arte existe porque a vida, sozinha, imperfeita, não basta. A leitura – assim como os diálogos cotidianos que mantenho com apreciadores abnegados das boas coisas da vida – tem sido o meu bálsamo, aquilo que me mantém vivo nesse calendário de desencanto.

É através da leitura – como disse em crônica no PH Revista do último final de semana – que embarco nos quarteirões do mundo sem sair da minha poltrona. Os livros são a minha janela para a rua. Com eles me jogo nas tramas criativas, nos enredos palpitantes, nas histórias surpreendentes, feito um curioso qualquer alucinadamente feliz.

Releio os clássicos quando tenho sede. Mergulho na literatura contemporânea quando me excedo num pinot noir. Vasculho coisas novas quando tenho vontade de abrir o apetite. E assim os dias vão passando, mas nunca se repetindo.

Comecei a ler por esses dias *O tormento de Santiago*, o mais novo livro do escritor e magistrado maranhense Lourival Serejo, e não contive o desejo de compartilhar as minhas impressões sobre essa obra com amigos e leitores.

Trata-se de uma envolvente novela carregada de subjetividade e malabarismos estéticos. Santiago, o protagonista da história, ilustra a trama vagando do começo ao fim por um calvário freudiano, com pitadas de inventividade que conduzem o leitor ao exercício de suposições e expectativas.

Ao trocar ideias por telefone com o jornalista e poeta Félix Alberto Lima, que também acabara de ler a obra de Lourival Serejo, identificamos certas passagens no livro que fornecem pistas cristalinas sobre a construção dos personagens que compõem *O tormento de Santiago* – todos achados sob os escombros de anos e anos de laboratório nos pretórios da vida.

O ambiente da novela é o judiciário, mas não a cena fugaz, tradicional. A narrativa, segundo observamos, expõe aquilo que está por baixo do véu da justiça, com as idiosincrasias de seus atores nus. A

perspectiva psicológica do autor é entremeada por referências inevitáveis ao mundo dos livros – o próprio Lourival, um voraz desbravador de livrarias, feiras e bibliotecas.

Para recheiar a culpa que pesa sobre os ombros de Santiago, em decorrência de um crime quase mudo por ele praticado, Félix Lima observa que o autor monta um caleidoscópio de conjecturas, com uma infinidade de combinações. Há uma juíza linha dura que ouve música francesa – embora ninguém seja tão inflexível quando se ouve “Non, Je Ne Regrette Rien”, nem mesmo uma magistrada de requinte. Há um juiz que invoca São Tomás de Aquino em suas sentenças. E mais outro que se deixa levar pela obviedade dos best-sellers.

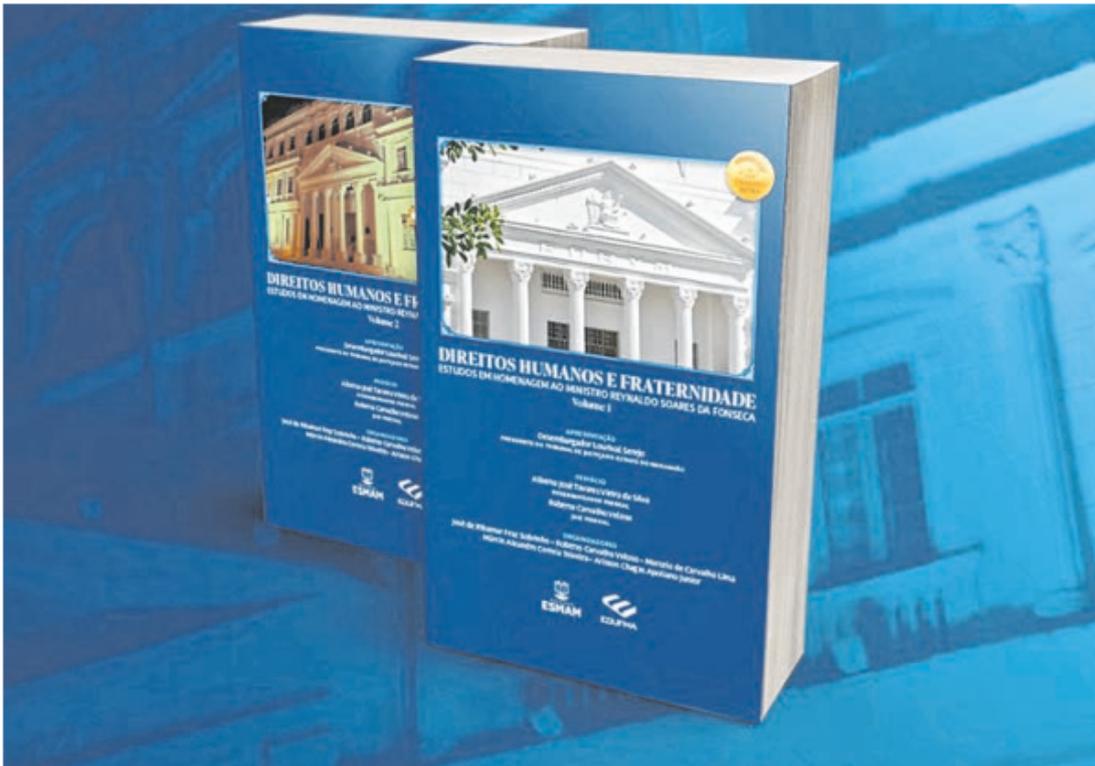
As características e personalidades variantes de um julgador são elásticas e vão do Doutor A ao Doutor Z, todas elas servidas em bandeja ao réu pelo astuto criminalista Samuel. O castigo, afinal, é só um detalhe para a redenção da alma. Como um peregrino, Lourival Serejo nos leva a uma viagem pela infância de Santiago, em Cajari, e esboça o jogo de memória de um condenado que flerta com Camus e Rubem Braga.

A leitura de *O tormento de Santiago* é prazerosa. Porque também há poesia na prosa de Lourival Serejo. De uma assentada, é possível identificar sinais de humanidade no personagem central – “o mundo não vai parar por causa da minha dor”, pensa alto o protagonista, em dado momento do livro. E mais: é possível compreender que, mesmo na ficção, o judiciário também é um condomínio de homens falíveis, como qualquer outro.



Fotos/Divulgação





UM DOS grandes acontecimentos culturais deste início de outono tropical em São Luís é o lançamento, no próximo dia 25, às 19h, do livro “Direitos Humanos e Fraternidade - Estudos em homenagem ao Ministro Reynaldo Soares da Fonseca”, com apresentação do desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. O prefácio é assinado pelo desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva e pelo juiz federal Roberto Carvalho Veloso. Vale destacar que a obra foi organizada por José de Ribamar Froz Sobrinho, Roberto Carvalho Veloso, Marcelo de Carvalho Lima, Marcio Aleandro Correia Teixeira e Ariston Chagas Apoliano Junior.



AMIGOS que têm encontro marcado toda quinta-feira no Rio Poty Hotel, convocados pelo líder da confraria, José Walter Maciel: o empresário e criador Amaro Santana Leite, desembargador José Bernardo Rodrigues, o gerente geral do hotel, Armando Ferreira, e o diretor regional do Senac, José Ahirton Lopes

Saudosismo

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Peguei-me, nos últimos dias, bastante saudosista.

Saudades do meu pai que já se foi, faz alguns anos; saudades das pessoas que conheci, e das que não conheci, e que se foram por conta da Covid; saudades da infância no Centro, quando jogava vôlei com os amigos; saudades dos colegas de colégio, mesmo que hoje essa distância tenha sido encurtada pelas redes sociais; saudades do início da minha carreira na magistratura, quando, visando prevenir conflitos e processos, atendia as pessoas para tirar dúvidas e aplacar discordâncias; saudades do Supremo Tribunal Federal de então, com ministros como Néri da Silveira e Moreira Alves, que falavam só nos autos e valendo-se de uma cultura jurídica profunda; saudades, enfim, até do Brasil que poderia ser, e não é, e temo não será.

E nessas saudades todas, de fazer ficar olhando para o horizonte à procura de uma mensagem do céu, lembrei-me de Rui Barbosa e da sua proverbial e eterna constatação: “De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prospe-

rar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

Não sei bem o porquê, ou talvez meu alter ego saiba e meu ego negue ou vice-versa, mas é assim que me sinto: com essas saudades, que chegam a doer quando respiro, e uma lembrança insistente das palavras de Rui Barbosa,

Fui buscar nos livros uma resposta para os meus males e encontrei a seguinte justificativa: insegurança

insistente como música ruim que se repete na cabeça sem que você tenha controle.

E aí, como sempre faço, fui buscar nos livros uma resposta para os meus males e encontrei a seguinte justificativa: insegurança.

Insegurança na vida profissional, pelos percalços que a realidade impõe; insegurança com

a economia, que levou o dólar a quase seis reais; insegurança com a política, pois você vota em uma proposta e estas são rasgadas no momento seguinte; insegurança com a saúde, já que temos na praça uma nova cepa da Covid, que pode reinfecionar e que infecciona mais rápido; insegurança, enfim, com o próprio futuro do nosso país, e, portanto, do nosso futuro individualmente e enquanto sociedade.

Quanto a insegurança que sinto em relação ao futuro do Brasil, lembrei-me de outra frase, desta feita de Roberto Campos: “No Brasil até o passado é incerto”.

Diante de tudo isso, não tendo recebido do céu a mensagem que esperei, rogo para que eu e todos que desejam um país igualitário e justo não cheguemos ao ponto de aceitar abnegadamente o que disse TS Eliot: “Para nós, há apenas o tentar. O resto não é da nossa conta”.

Não quero só tentar, porque entendo que o que acontece no Brasil é da minha conta, da nossa conta, e que valores caros em uma sociedade democrática, como a punição dos que cometem crimes, por exemplo, é algo a ser exigido.

.....
Juíza de Direito
E-mail: sonia.amaral@globo.com

O cupim da República

LOURIVAL SEREJO

Em recente pronunciamento, o ministro Edson Fachin foi enfático: “A corrupção é o cupim da República”.

Ao ler essa declaração, senti-me obrigado a comentar alguma coisa sobre esse tema, em complemento à fala do ministro. Começo por dizer que esse pernicioso cupim pertence a diversas classes e famílias, incluindo aqueles que vêm de baixo da terra, branquinhos e sorrateiros.

A corrupção começa geralmente de forma subreptícia, corrosiva e simulada. Uma vez compensada, o corrupto não se importa em ostentar um patrimônio incompatível com sua renda. Ele tem tanta certeza da impunidade que se torna indiferente às possíveis consequências do seu ato, desde que lhe assegure o lucro que almeja. O ponto mais elevado da corrupção é quando ela atinge nível de organização criminosa e distribui-se como um polvo. Forma-se, nessa corrida, um círculo vicioso que pode alcançar inclusive as bases da democracia pela prática do suborno.

Outro ponto essencial é o investimento em educação para formar cidadãos capazes de participar dos debates públicos, dotados de consciência crítica, exigentes dos seus direitos e vigilantes da observância da moralidade pública e da probidade administrativa dos nossos gestores.

É muito cômodo dizer que sempre houve corrupção em nossa República e que já faz parte da nossa vida política e partidária e até mesmo da nossa cultura. Por esse tipo de comodidade é que a corrupção prospera a ponto de apoiar gestores que adotem o lema “rouba, mas faz.” Pela reiteração dos atos criminosos, dá-se, então, o fenômeno da banalização do mal de que fala Hannah Arendt.

No Brasil, a corrupção espalhou-se desde a proclamação da República, atingindo hoje um patamar sofisticado. Samuel Wainer, em seu livro “Minha razão de viver,” testemunha os desvios lucrativos que constatou na construção de Brasília, até o governo de João Goulart.

Neste momento em que estamos passando, os ataques dos cupins ao auxílio emergencial e ao material contra a Covid-19 são a quintessência da corrupção, sem qualquer pudor, sem o mínimo de atenção à coisa pública e à vida. Com razão o ministro Roberto Barroso, quando adverte: “É um equívoco supor que a corrupção não seja um crime violento. Corrupção mata. Mata na fila do SUS, na falta de leitos, na falta de medicamentos”.

Para erradicar a síndrome da corrupção, seria preciso construir uma força política apoiada em sua base, o que é muito difícil de acontecer, até por que essa base é, muitas vezes, constituída de eleitores que tiveram seus votos trocados por favores ou vendidos pela melhor oferta.

A Operação Lava Jato, que empolgou a nação, está agora sendo contestada sob acusação de ter

atropelado o devido processo legal e a ética judicial. É lamentável que isso tenha ocorrido. Mas esse debate serve para mostrar à população o quanto é difícil para a Justiça apanhar os corruptos em sua rede de atuação. O cipoal de leis e os meandros processuais são utilizados por competentes advogados, limitando a atuação do Judiciário que, por sua vez, tem o dever de assegurar as garantias individuais aos acusados.

Recentes punições do Conselho Nacional de Justiça a integrantes da magistratura demonstram que a corrupção alcança todos os poderes, o que a torna mais sedimentada, institucionalizada.

Enquanto não passar a emenda que reduz o tempo do trânsito em julgado para a segunda instância, será mais difícil efetivar-se um decreto de prisão de prefeitos, governadores, deputados, empresários e todos os que se inscrevem na máfia do colarinho branco. O crime será corroído pela prescrição e o culpado continuará agindo em prol dos seus interesses pessoais e criminosos, em detrimento dos investimentos em saúde e educação, mantendo o país num vergonhoso atraso.

Mais de 84 mil servidores do Maranhão receberam indevidamente o auxílio emergencial. Isso é corrupção em alto grau. Isso é egoísmo.

A propósito, furar a fila da vacina, também, é uma forma de corrupção.

.....
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão
E-mail: lourivalserejo@gmail.com

Roda Viva Setenta anos da Greve de 51

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com



“Diante de tão primoroso texto, recolhi as armas e o reproduzo nesta coluna, com os sinceros agradecimentos a Ribamar Correa”

Preparava-me para escrever sobre o movimento político desencadeado em São Luís, que a História registrou com o nome de “A greve de 51”, e sou surpreendido com o extraordinário texto do jornalista Ribamar Correa, publicado no seu respeitado blog Repórter Tempo, editado em 11 de março recente.

Diante de tão primoroso texto, recolhi as armas e o reproduzo nesta coluna, com os sinceros agradecimentos a Ribamar Correa.

“Há 70 anos, exatamente no início da segunda metade do século XX, quando mundo começava a curar as feridas da Segunda Grande Guerra e o Brasil dava o passo decisivo para voltar de vez à normalidade democrática, o resultado da eleição para o Governo do Estado, realizada no bojo das eleições gerais de Outubro de 1950, com a vitória do empresário caxiense Eugênio Barros (PST), candidato escolhido e apoiado pelo então todo-poderoso senador Victorino Freire, sobre o empresário Saturnino Bello, candidato das Oposições Coligadas (PSP/UDN/ PSD/PR/PL/PTB), conflou o Maranhão de maneira dramática, mergulhando os maranhenses, principalmente os da Ilha de Upaon Açú, num caldeirão de tensões políticas e sociais. “Os números apresentados pela Justiça Eleitoral foram contestados com denúncias de fraude, feitas pelas Oposições Coligadas, e o embate das duas correntes desencadeou uma crise política e institucional de proporções gigantescas que, durante nove meses, transformou São Luís numa praça de guerra. Nesse período, o Maranhão teve um governador eleito, dois go-

vernadores interinos, um interino que não assumiu, e por pouco não caiu nas mãos de um interventor federal, que seria um general. Em meio à crise política, a Capital foi sacudida por agitações de massa, tiroteios, assassinatos, incêndios criminosos em bairros pobres, e o interior participou com um levante “guerrilheiro” em São João dos Patos. Alimentada por jornais partidários locais, a crise maranhense, que parou a vida social e econômica da Ilha, se tornou item prioritário na agenda política do presidente Getúlio Vargas e que, acompanhada pelos grandes jornais e revistas nacionais, ganhou repercussão internacional. Ocorrida quando o Brasil consolidava a redemocratização, a longa sequência de episódios entrou para a História como A Greve de 51, também batizada de “Revolução do Maranhão”.

“O mais amplo registro factual daquele momento ímpar da História do Maranhão está cravado nas páginas do livro “A Greve de 51”, do jornalista e pesquisador Benedito Buzar, a primeira edição lançada nos anos 70, e a segunda, em 2001, sob o título “Os 50 Anos da Greve de 51”, essa amplamente enriquecida com as entrevistas de Neiva Moreira, líder oposicionista, e de Evandro Barros, filho e assessor de Eugênio Barros e ampliada com a inestimável memória fotográfica daqueles dias de guerra na Capital do Maranhão. Com sólida formação política – eleito deputado estadual com 22 anos e cassado em 64 – e dono de um talento excepcional para garimpar fatos políticos do Maranhão no século XX, além de conversar com protagonistas, Benedito Bu-

zar montou um rico roteiro dos acontecimentos de 51, registro único, que serve de base para o pesquisador que desejar ir além no resgate daqueles dias históricos.

“Garimpado cuidadosamente nos jornais da época – principalmente em “O Imparcial”, “Jornal do Povo”, “Diário Popular” e “O Combate” ostensivamente posicionados na guerra política -, o documento produzido por Benedito Buzar reúne uma sequência impressionante dos acontecimentos, da movimentação dos seus atores e dos desdobramentos dos embates. E informa que a origem dos fatos explosivos estava exatamente nos dois cânceres da política, o caciquismo despótico e a fraude eleitoral, que naquele momento eram as marcas mais fortes da sempre agitada vida política maranhense, com poder de manipular as instituições.

“Com grande riqueza factual e linguagem jornalística direta e precisa, e longe do academicismo pretencioso, “A Greve de 51” relata que após domínio absoluto no Maranhão no Governo Eurico Dutra, o vitorinismo pressentiu derrota nas eleições de 1950, quando as Oposições Coligadas, que tinham nos seus quadros figuras destacadas como Neiva Moreira, Clodomir Milet, Clodomir Cardoso, Alarico Pacheco, Lino Machado, Djalma Marques, Fernando Viana e Henrique La Rocque, entre muitos outros, que apoiavam a candidatura de Getúlio Vargas, lançaram Saturnino Bello candidato à sucessão do vitorinista Sebastião Archer. Ladino e manipulador como poucos, Victorino Freire – que contava com Renato Archer, Líster Caldas, César Aboud,

Alexandre Costa, Ivar Saldanha e Cid Carvalho, entre muitos outros – encontrou em Eugênio Barros, então prefeito de Caxias e conhecido pela sua seriedade e ativez, o nome certo para enfrentar o opositor. As urnas deram vitória a Eugênio Barros, e, como era esperado, o resultado foi contestado com gravíssimas denúncias de fraude. Em janeiro de 51, em meio à confusão, Saturnino Bello morreu. A Justiça Eleitoral empossou Eugênio Barros. Aguerridas, as lideranças das Oposições Coligadas contestaram a posse e organizaram e fomentaram um gigantesco movimento popular, que fincou estacas no Largo do Carmo, onde milhares, entre trabalhadores e operários fabris convocados por sindicatos controlados por líderes políticos, se reuniram em protesto pelos meses seguintes. A residência da ativa vereadora Maria de Lourdes Machado, no Largo do Carmo, se tornou o QG onde os chefes opositores se reuniam e tomavam decisões e as comunicavam à massa mobilizada no coração na cidade.

“As páginas de “A Greve de 51” mostram a reação popular, que logo se transformou num movimento grevista que parou a cidade por meses, criou seguidas situações de impasse, desencadeando a esdrúxula sucessão de três governadores interinos: dias depois de empossado, mas com a eleição contestada, Eugênio Barros foi convencido a se afastar até que a Justiça Eleitoral desse a palavra final. Como a Assembleia Legislativa ainda não tinha sido instalada, e não tinha presidente, ele passou o cargo interinamente ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Trayhú Moreira, que logo em seguida seria “deposto” com a eleição do presidente da Assembleia Legislativa, deputado César Aboud, que, assumiu o Governo – isso depois da sufocação de uma tentativa do desembargador Nelson Jansen de assumir o Governo do Estado. Em meio a essa guerra pelo poder, o Maranhão quase caiu nas mãos do general Edgardino Pinta, comandante da 10ª Região Militar, que desembarcou em São Luís como observador a mando do Palácio do Catete, onde o presidente Getúlio Vargas resistiu a pressões das Oposições Coligadas para decretar intervenção no Estado, medida que certamente prejudicaria a sua nova condição de democrata. Essa guerra política du-

rou de janeiro a setembro, quando finalmente a Justiça Eleitoral confirmou a eleição de Eugênio Barros, tendo como vice o jovem tenente da Marinha, Renato Archer.

“O precioso livro de Benedito Buzar relata em detalhes que, preocupado, o presidente Getúlio Vargas mandou a São Luís o ministro Negrão de Lima que, com habilidade e muita diplomacia, ouviu lideranças dos dois lados e retornou ao Rio de Janeiro levando ao chefe da Nação a recomendação de não decretar intervenção, como queriam as Oposições Coligadas na esperança de anular o pleito.

“Com a mesma precisão com que resgatou a crise política, sua evolução e seu desfecho, Benedito Buzar enriqueceu “A Greve de 51” com o registro do simultâneo movimento popular fomentado pela banda opositora. Trabalhadores, pequenos comerciantes, estudantes e desempregados formaram uma massa densa e ativa, que se manteve por meses. Ao mesmo tempo, Polícia Militar e tropas federais faziam o controle dos movimentos, estabelecendo o famoso Paralelo 38, em frente ao Hotel Central, para evitar a invasão do Palácio dos Leões. Houve momentos críticos, com alguns confrontos armados, provocados por capangas de Victorino Freire e militantes opositores, com as forças policiais ao meio. Dois casos se destacaram. Num deles, um ônibus ironicamente lotado de vitorinistas vindo de Rosário, avançou na área, ultrapassando a linha do “Paralelo 38” e foi cravejado de balas pela Polícia, resultando na morte do monsenhor Joaquim Dourado e no ferimento do jovem político Ivar Saldanha, que viria a ser prefeito de São Luís e governador do Maranhão. Em outro, os criminosos incêndios de casas de palha em bairros populares, que durante semanas causaram revolta, desespero e danos a milhares de famílias. Os vitorinistas acusavam a oposição de estar por trás do crime, apontando diretamente o jornalista Neiva Moreira, apelidado de “Caramuru”, de ser o mentor da armação incendiária, com o objetivo de incriminar os governistas. A médica comunista Maria Aragão também foi taxada de incendiária.

“Em meio às marchas e contra-marchas da crise política e seus ecos traumáticos na vida de São

Luís, “A Greve de 51” faz um registro espetacular: um levante em São João dos Patos, liderado por um tal “general” Raimundo Bastos, um caudilho do sertão que resolvera mudar o curso da História do Maranhão liderando uma malta de capangas, mas enquadrado sem guerra por um destacamento da PM comandado pelo tenente Eurípedes Bezerra. O livro documenta que naquele período traumático, entre o fomento explosivo das forças opositoras e a pressão do poder governista, sofreu as durezas do desabastecimento e as muitas consequências econômicas e sociais geradas pelas manifestações.

“A Greve de 51” mostra que o desfecho da crise começou em setembro, quando o TSE confirmou a eleição da chapa vitorinista Eugênio Barros/Renato Archer. O governador eleito, que tomara posse em janeiro e afastado dias depois, encontrava-se no Rio de Janeiro e decidiu retornar ao Maranhão, apesar do clima de tensão. Decidido a encarar de frente a situação, sem demonstrar preocupação com os riscos, mostrou-se disposto a pegar em armas se atacado. De volta, Eugênio Barros sitiou-se no Palácio dos Leões por três semanas, período em que confirmou sua fibra sertaneja e, ao mesmo tempo, sua competência política. Com firmeza e habilidade, desarmou o clima de tensões, passou confiança e credibilidade a líderes opositores. Assumindo as rédeas da situação, deixou o Palácio e foi às ruas, encarou a multidão, ganhou respeito, minou as forças adversárias e consolidou a vitória do vitorinismo e a derrota das Oposições Coligadas.

“Sem pretensões analíticas e rigorosamente factual, como uma grande reportagem histórica, “A Greve de 51” é a chave para a compreensão do que aconteceu no Maranhão da redemocratização de 1945 para cá. Entre outros motivos, porque informa a origem de personalidades que pontificaram no cenário político estadual e nacional, como o gigante político e jornalístico Neiva Moreira, que teria o mandato de deputado federal cassado pela ditadura. “Ao escrever “A Greve de 51”, Benedito Buzar presenteou a memória brasileira com um marco definitivo da História recente dos maranhenses, o que o torna leitura obrigatória e indispensável para quem aspira compreender o Maranhão político de agora”.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 15/2021
Processo nº 23.948/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento e instalação de 01 (um) novo elevador localizado na Ala 01 do Fórum Des. Sarney Costa; **Abertura:** 06/04/2021 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6194. São Luís/MA, 18 de março de 2021. **Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.**

UM ANO DEPOIS



vidas perdidas para a Covid-19 no Maranhão

CIDADES 6 E 7 e oestadoma.com/498805

Infecções e mortes

Um ano de pandemia que mudou a vida dos maranhenses

CIDADES 6 E 7

“A Covid veio assustadora, pois quando tive meus primeiros sintomas acreditava que o vírus ainda nem tinha chegado ao Maranhão. Tudo era novidade e nem os médicos sabiam exatamente o que receitar”

RAISSA AZULAY,
servidora pública estadual, professora do ensino superior

Um ano de pandemia: o que foi e é a Covid-19 no Maranhão

Neste sábado, 20, a presença oficial do coronavírus no estado completa um ano e O Estado relembra os principais fatos ocorridos durante a pandemia, que ainda persiste no mundo

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

Há um ano, com a chegada de um dos vírus mais letais da história da humanidade no país, o Maranhão registrava o primeiro caso da Covid-19. Era o começo de um pesadelo e, ao mesmo tempo, de uma oportunidade para mudanças de comportamento, de visão de mundo e de união.

A saga do coronavírus em São Luís e em outras partes do estado resume-se a entender a porta de entrada do causador no território local. Verificando os primeiros casos confirmados e de óbitos, registra-se a capital maranhense como o primeiro município com ocorrências.

A partir disso, famílias enlutadas se somaram. Diariamente, de cinco a dez óbitos são registrados em todo o estado, por causa da doença. Pouco mais de 5 mil óbitos, até o momento, foram contabilizados e, apesar do recente anúncio pelo Governo do Maranhão de aquisição de 4,5 milhões de doses de imunizantes do Laboratório Gamaleya, fabricante da vacina Sputnik V, estima-se que a pandemia ainda esteja distante de seu final no

território estadual.

Durante esses 365 dias oficiais de Covid-19 no estado, além de vidas – rotinas foram modificadas. O virtual passou a fazer parte mais do que nunca do cotidiano. A relação interpessoal passou a ocorrer sob nova forma, pela tela de um computador ou de um celular ou representado por alguns metros de distância. A máscara passou a ser item obrigatório e o uso de álcool gel tornou-se comum.

Mas, para entender o que ocorreu neste período e apontar os caminhos para o futuro, é preciso estabelecer quando a doença começou por aqui. Compreender cada passo é fundamental.

Passo a passo no MA

No dia 28 de fevereiro do ano passado, dias após as festividades do Carnaval no estado, o Maranhão passou a monitorar dois casos suspeitos de Covid-19.

Segundo informações à época disponibilizadas pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), um dos casos foi identificado pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Vinhais. Segundo a SES, a paciente vinda da Itália (no continente que já era considerado o epicentro da

doença no mundo) apresentou comprometimento respiratório com sintomas como febre alta, tosse e cansaço progressivo.

Ainda de acordo com a pasta, o outro caso na ocasião foi identificado na UPA do Itaqui-Bacanga, e envolveu jovem que relatou ter passado por países como China, França e Japão, onde foram identificados casos da doença. A paciente chegou em São Luís havia quatro dias e apresentou, neste intervalo, sintomas como dispneia e tosse seca.

No dia seguinte, a pasta estadual citou outra suspeita e apontou para o perfil de uma paciente (uma mulher de 22 anos, procedente de Tóquio e Wakayama, ambas no Japão). Outro caso foi novamente alvo de monitoramento no início do mês de março do ano passado. Durante as semanas seguintes, autoridades públicas permaneceram em sinal de alerta devido à possibilidade de novos casos.

Em 17 de março do ano passado, a SES descartou pelo menos 25 casos suspeitos de Covid-19 e, segundo a pasta, outras 32 pessoas eram monitoradas. Era o quadro propício para o aparecimento da doença já que, segundo fontes con-

sultadas por O Estado à época, não havia crença de que 100% dos casos seriam descartados.

Três dias mais tarde, uma sexta-feira, 20, por volta das 20h, o Maranhão confirmava – de forma oficial – o primeiro caso de coronavírus. Na ocasião, o governador Flávio Dino (PCdoB) informou que se tratava de um homem que retornou de viagem à São Paulo e que a Vigilância Sanitária tomava as providências cabíveis.

No dia 21 do mesmo mês e ano, o Maranhão registrou o segundo caso de Covid-19. Segundo a SES, uma mulher de 37 anos que teve contato com um estrangeiro fez exame confirmando o caso de Covid-19 por um hospital da rede privada de São Luís.

Medidas preventivas, inclusive, foram anunciadas no sábado, 21, um dia após o início da incidência do coronavírus em terras maranhenses.

De acordo com o Decreto nº 35.677, de 21 de março de 2020 que estabeleceu medidas de prevenção do contágio e de combate à propagação da transmissão da Covid-19, foram suspensos por 15 dias “a realização de atividades que possibilitem a grande aglomeração de pessoas em equipamentos públicos ou

de uso coletivo” e “as atividades e os serviços não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, cinemas, teatros, bares, restaurantes, lanchonetes e centros comerciais”.

No dia 22 de março, de acordo com boletim da SES, o primeiro caso confirmado do Maranhão apresentou sintomas “leves” e o segundo paciente teve alteração de quadro após “contato com pessoa que esteve na Europa”. De acordo com o Governo, ambos seguiam em isolamento domiciliar e apresentavam “bom quadro de saúde”.

Até aquele momento, 280 casos eram monitorados pela pasta e, destes, 177 somente na capital. No segundo dia da pandemia no Maranhão, 41 cidades do Estado apresentavam possíveis ocorrências da doença. Era um sinal claro de alerta e descontrole.

No dia 23, outros seis casos se juntavam aos outros dois confirmados, totalizando oito ocorrências. Dos seis casos mais recentes, quatro tiveram contato com o primeiro caso diagnosticado no Maranhão. O vírus se espalhava.

Outros dois dos casos mais recentes envolveram um homem de 43 anos que teve contato com caso suspeito e outro de 57 anos com histórico de viagem para São Paulo, epicentro da doença no país. Em poucos dias, o Maranhão já registrava 55 cidades com casos suspeitos da Covid-19.

Pouco mais de uma semana após

o aparecimento do primeiro caso, o Maranhão confirmava 16 pessoas infectadas com a doença. A maior parte dos confirmados cumpria o chamado “isolamento domiciliar”, recomendado atualmente para quem tem a doença, em caso de sintomas menos graves.

A primeira morte

No dia 29 de março de 2020, o Maranhão registrou o primeiro óbito por Covid-19. De acordo com o boletim divulgado na ocasião pela SES, o paciente era um homem de 49 anos com histórico de hipertensão e que

No dia 5 de abril de 2020, o MA superou 100 casos de covid

estava internado em unidade de saúde na capital maranhense. Na oportunidade, a pasta estadual confirmou 22 casos confirmados da doença e, destes, 14 eram de pessoas acima dos 40 anos de idade.

Todos os casos constatados na ocasião “seguiam no cumprimento de protocolo de isolamento domiciliar e dois estavam sendo assistidos por hospital da rede privada e um na rede pública”. Na data da primeira morte por Covid-19, nove dias após a confirmação oficial do diagnóstico, 434 casos suspeitos eram checados.

Os casos se tornam comuns

No dia 4 de abril do ano passado, o Maranhão registrou o seu segundo caso de óbito por coronavírus e, assim como o primeiro, de paciente morador de São Luís.

Em duas semanas, o estado passava de uma para 96 ocorrências da doença. Seis cidades apresentavam casos confirmados (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Timon e Açailândia). No entanto, especialistas apontavam que o número poderia ser ainda maior, já que 1.084 pessoas apresentavam suspeita da doença.

Nesta data, a taxa de ocupação de leitos de UTI, na Grande Ilha, ainda era pequena e ultrapassava os 10%. Nos leitos clínicos, o percentual era de 8%.

Superando a casa dos 100

No dia 5 de abril do ano passado, o Maranhão superou os 100 casos de Covid (133 mais, especificamente, já que o boletim é atualizado em um intervalo de 24 horas). Das 37 novas ocorrências no Maranhão, 35 foram na capital, São Luís. No total, 1.040 ocorrências foram descartadas.

Após quase 30 dias de ocorrências, 195 municípios dos 217 do estado já apresentavam casos da doença, que se espalhava rapidamente.

Um mês após o início da pandemia oficial no Estado (dia 20 de abril de 2020), de acordo com a SES, 94,8% dos casos positivos estavam fora da Grande Ilha. A quantidade de ocor-

rências da doença, em quinze dias, passava de pouco mais de 100 para 1,3 mil (1.396 casos) e 60 pessoas faleceram somente nos primeiros 30 dias da Covid-19 no Maranhão.

Auge inicial da pandemia

Em maio do ano passado, considerado o auge da pandemia (pelo menos em sua primeira onda) a capital maranhense registrava 3.368 casos no dia 5, data em que foi decretado o lockdown na Grande Ilha. A cidade balneária de São José de Ribamar, situada a 32 quilômetros da capital, contabilizava 260 ocorrências.

De acordo com dados divulgados à época pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), 95,3% dos leitos de UTI estavam ocupados, o que norteou a decisão de “confinamento” na Grande Ilha e que resultou, conforme O Estado demonstrou em reportagem nos dias 13 e 14 deste mês que em queda de casos entre os meses de junho e julho de 2020 (de 45.154 casos para 40.150). Em agosto, nova queda no Maranhão para 31.014 casos.

Antes mesmo da decretação do lockdown na Ilha, o Decreto nº 35.713 de 3 de abril de 2020 prorrogou o período de suspensão das aulas presenciais nas unidades de ensino da rede estadual de educação. Outros locais como Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema), a Universidade Estadual do Maranhão

(Uema) e a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul) também tiveram as rotinas interrompidas.

No dia 7 de abril, duas semanas após o primeiro caso no Maranhão da doença, foram suspensos os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, com entradas e saídas da Ilha de São Luís. Era a tentativa do poder público de frear, em um primeiro momento, a pandemia sem sucesso.

Com os decretos e lockdown, a administração pública teve tempo para investir na tentativa de ampliação e oferta de leitos exclusivos. No entanto, o número de mortes segue alto e, com a campanha de vacinação ainda incipiente (até o fechamento desta edição, 332.384 doses haviam sido aplicadas em todo o estado), o Maranhão ainda percorrerá um “longo caminho” para sair desta crise.



**NO
LOCKDOWN**
a ordem era, e
ainda é, ficar em
casa, para prevenir
contágio pela
doença

Continua em **Cidades 7**

Gravidade da Covid só deve diminuir no 2º semestre no estado

Para especialista, entrevistado por O Estado, somente com a inclusão de uma cobertura vacinal superior a 70% será possível melhorar o cenário

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

A gravidade da Covid-19 no Maranhão, com casos constantes de óbitos devido a doença, deve diminuir no segundo semestre com redução de mortes e casos. É o que aponta especialista entrevistado por O Estado e que aposta na eficácia da vacinação para tal quadro. No entanto, segundo o profissional que alerta para a defasagem na oferta de leitos, é necessário que 50 a 70% da cobertura imunológica seja atingida, para que haja tal mudança.

Atualmente, a doença contabiliza de oito a 10 óbitos por dia, em todo o Maranhão. Até o fechamento desta edição, 231.075 casos de Covid estavam confirmados no estado. Mais de 5,5 mil óbitos ocorreram desde o dia 29 de março do ano passado, quando foi registrado o primeiro caso de morte de paciente com coronavírus no estado.

De acordo com o professor Antônio Augusto Moura, especialista no estudo epidemiológico no âmbito estadual, é necessário acelerar com a vacinação, para evitar mais mortes e, principalmente, resistência do vírus aos imunizantes.

“Caso a vacinação avance como se imagina daqui para frente, poderemos ter uma queda no gráfico de mortes. Confio na eficácia dos imunizantes, mas por enquanto, a vacinação ainda ocorre de forma lenta”, disse. O especialista aponta ainda que a segunda onda vivida no Ma-

ranhão da doença será mais grave do que a primeira.

“A variante é mais infectante, mais transmissível. Então, provavelmente a variante está levando a uma situação mais grave, gerando a saturação do serviço de saúde, com pessoas morrendo à espera de leitos de UTI, pois não está se dando conta de atender a todos em determinados lugares da federação. Além da característica da nova variante, os hábitos ruins de evitar o isolamento social e outras medidas também contribuem de forma negativa para um controle mais forte”, disse Antônio Augusto Moura.

Pontos negativos em um ano de pandemia

Dois fatores considerados negativos contribuíram, segundo o especialista, para a execução fora dos padrões de controle convencionais da doença: quantidade de testes rápidos (considerado baixo) e divulgação mais célere dos saldos de mortalidade. De acordo com o professor, há um atraso de 35 dias entre o óbito na prática e sua inclusão no boletim epidemiológico.

O especialista aponta que o controle futuro da segunda onda, mesmo com a vacina, depende de outros fatores, em especial o consenso entre administração pública e a sociedade.

“A segunda onda poderá ser mais grave e o que é pior, com mais resistência de setores da sociedade. Soma-se a isso o fato de ausência de auxílio emergencial que dê respal-

do para uma medida mais grave, como o lockdown”, afirmou.

Além de entender o contexto atual e o futuro da doença, é preciso conhecer as histórias de quem já superou a doença e quem ainda vive o drama da infecção (ou preocupação de nova infecção).

Segundo caso de Covid-19: vitória e superação

A servidora pública estadual Raissa Azulay, que relatou parte de sua história nas páginas de O Estado, representa um dos primeiros casos de Covid-19 no estado. À época, ela enfrentou uma série de preconceitos nas redes sociais por supostamente não estar cuidando da doença.

A servidora conta atualmente, após quase um ano do episódio que, na ocasião, a Covid-19 era ainda uma doença considerada desconhecida, inclusive por ela.

“A Covid para mim veio assustadora, pois quando tive meus primeiros sintomas acreditava que o vírus ainda nem tinha chegado ao Maranhão. Tudo era novidade e nem os médicos nos hospitais sabiam exatamente o que receitar ou como tratar. Meu quadro agravou, pois o resultado dos exames demorava muito mais que hoje, que já sai em menos de três horas. À época, esperei seis dias sem respostas para iniciar o tratamento. Com isso ainda precisei de mais tempo para me recuperar”, afirmou.

Após passar pela primeira janela da doença, Raissa ainda enfrentou períodos de outra suspeita. “Após o

Covid confirmado, neste ano, tive dois outros episódios de suspeita de reinfeção. Nas duas situações, minha primeira providência foi me isolar, iniciar tratamento precoce por indicação médica e fazer os testes e exames, que deram negativos”, afirmou Azulay.

Sobre possíveis sequelas, Raissa relata a O Estado que alguns permaneceram meses após o diagnóstico.

“Até quatro meses depois da doença, eu ainda tinha sintomas respiratórios, dores no corpo e fadiga. Fiz um checkup e hoje não sinto mais nada. Psicologicamente foi pesado, principalmente pela exposição e mentiras disseminadas ao meu respeito, mas tive muito aparato familiar, espiritual e profissional, por isso não tenho sequelas, graças a Deus”, afirmou.

Sem anticorpos

A servidora pública Maria Fernanda Silva é o caso de pessoa que teve a doença, inicialmente apresentou anticorpos, no entanto os últimos exames atestaram que os “protetores” contra o vírus não estão mais presentes. “Tive em abril do ano passado a Covid. Em junho do ano passado o IGG estava reagente. Hoje não está mais”, disse.

A prevenção foi a forma encontrada pela servidora para se proteger. “Desde abril não tive nenhum sintoma semelhante aos sentidos naquele período. Continuei com as mesmas regras sanitárias recomendadas”, afirmou. ●



Fotos/ Paulo Soares

Idosos e profissionais de saúde têm sido o principal público alvo da atual etapa de vacinação contra a Covid no Maranhão, desde janeiro deste ano



Com a pandemia, há um ano a rotina no comércio mudou, com as medidas sanitárias para evitar o contágio; máscara e álcool são obrigatórios



Para manter pontos onde há maior movimentação de pessoas, é realizada higienização constante; além de terminais, feiras e mercados são alvo

CRONOGRAMA

28 de fevereiro de 2020
Maranhão monitora dois casos suspeitos de Covid-19

29 de fevereiro de 2020
A Secretaria de Estado da Saúde confirma perfil de paciente suspeita de coronavírus. De acordo com a pasta, trata-se de uma mulher de 22 anos, procedente de Tóquio e Wakayama (Japão).

1º de março de 2020
SES monitora caso suspeito de coronavírus no Maranhão

17 de março de 2020
SES descarta 25 casos suspeitos de Covid-19; outras 32 pessoas eram monitoradas

20 de março de 2020
O Maranhão confirmou nesta data o primeiro caso de coronavírus no Estado.

21 de março de 2020
Maranhão registra 2º caso de Covid-19 confirmado.

29 de março de 2020
Maranhão registra primeiro óbito de Covid-19

4 de abril de 2020
Maranhão registra segundo óbito por Covid-19

5 de abril de 2020
Maranhão supera os 100 casos de Covid-19

17 de abril de 2020
1.040 casos de Covid-19

21 de abril de 2020
94,8% dos novos casos positivos de Covid-19 no Maranhão estão fora da Grande Ilha

PERFIL



O especialista no estudo epidemiológico no âmbito estadual Antônio Augusto Moura da Silva possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão em 1984, mestrado na área acadêmica em 1990 e doutorado em 1997 em Medicina Preventiva pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Realizou pós-doutorado em Epidemiologia Perinatal na National Perinatal Epidemiology Unit, Universidade de Oxford. Atualmente é docente titular da Universidade Federal do Maranhão.

**VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL**

oestadoma.com

SERVIÇOS NÃO-ESSENCIAIS ESTARÃO SUSPENSOS NO PRÓXIMO FIM DE SEMANA

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), informou em coletiva nesta sexta-feira (19) que os serviços considerados não-essenciais, ou seja, que não fazem parte, por exemplo, da oferta de medicamentos e outros produtos, serão suspensos em todo o estado nos dias 27 e 28 deste mês.

De acordo com o governador, as medidas vigentes no atual decreto, válido desde o dia 5 deste mês e renovado no dia 12, seguem em vigência até o domingo (28). Assim, escolas

por exemplo, seguem sem previsão de retorno das aulas presenciais.

Ainda segundo o governo maranhense, o feriado de Adesão à Independência, que seria comemorado no dia 28 de julho deste ano, foi antecipado para o dia 26 (próxima sexta-feira) deste mês. Locais como supermercados e academias passam a funcionar na semana que vem somente com 50% da capacidade máxima e mediante outras condições. Segundo o governo, bares e restaurantes seguirão fechados.



Uma pandemia de insensatez

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito

Uma pandemia de insensatez

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Iha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Falar da pandemia da Covid-19 e todos os efeitos nefastos trazidos à vida de bilhões de pessoas em todo mundo já é lugar comum.

Doenças, mortes, alteração de rotinas e todas as consequências já constatadas por todos.

Pensamos ter superado o ponto mais agudo da pandemia, em meados do ano passado, quando sofremos restrições e até a adoção de lockdown. Em seguida, pudemos respirar com a diminuição de casos e mortes. Mas a mutação, algo que já previsto no ciclo evolutivo do vírus, voltou a ameaçar com força e, especialmente no Brasil, elevou os números a patamares ainda não vistos antes.

Já tive a oportunidade de analisar a letargia na promoção de uma política nacional e integrada com estados e municípios para enfrentamento da Covid-19, o que até hoje não fora estabelecida. De todas as “caneladas”, a pior foi na saúde pública, que acarretou na falta de adoção orquestrada de medidas de contenção da Covid-19 e retardou o processo de aquisição de vacinas junto às farmacêuticas.

O Governo federal, com toda sua estrutura e capacidade de aglutinar interesses em favor das vidas brasileiras, continua dando bola fora. Embora fosse necessária postura diferente, não se pode esperar uma grande partida de um time feito com “pernas-de-

pau”, que batem cabeça e não adotam medidas claras e integradas.

Mas algo que salta aos olhos, especialmente neste que é o momento mais delicado – com recordes de doentes, de médias móveis, de ocupações de leitos e de mortes diárias –, é que temos nos deparado cotidianamente com abusos daqueles que insistem em quebrar orientações e regras.

Noutra linha temos governadores e prefeitos em luta permanente, enviando mensagens nos noticiários, entrevistas coletivas e realizando apelos, a ponto de implorar publicamente pela adoção de medidas preventivas. Para alguns, esse esforço pouco tem adiantado.

Em uma semana em que o Brasil bateu recordes de contaminações e mortes diárias em 24 horas, continuamos a ver pessoas que parecem não se importar com o grave cenário. Estão, literalmente, dando de ombros. Insistem em ver o mundo sem descer do seu pedestal. Um mundinho resumido à própria bolha da ignorância, frente ao caos vivido na sociedade.

Natural que haja a necessidade de sair por parte de alguns e para determinadas finalidades: trabalhar, fazer compras e outros fins essenciais. Mas o que justifica o sair para as baladinhas, bater perna em local público, jogar bola com amigos, passear em shoppings? Nada!

Perdoem-me os que assim o fazem, mas este não é o momento para tal libertinagem. É preciso que o brasileiro reflita sobre suas atitudes. Temos uma estrutura de saúde agonizando, à beira do colapso, com limitações de toda ordem e profissionais aos limites da exaustão, em todos os estados da Federação.

Sobre a essencialidade de cada atividade laboral, não entro nesse mérito, uma vez que cada trabalho é o essencial para a sobrevivência daquele que o tem, bem como de sua família. Mas precisamos de empatia para despertar o senso de responsabilidade que nos falta para o momento.

Uma pausa, por favor! Uma pausa para que o vírus deixe de circular com a intensidade vista nas últimas semanas. É passível a compreensão de que a reclusão é difícil, mas ela é necessária. Quando da impossibilidade de manter-se em casa, devido algum compromisso inadiável, é importante que haja o cuidado, o uso da máscara, o distanciamento, as medidas de assepsia para diminuir a possibilidade de contágio.

O que não se pode aceitar é diante das medidas restritivas, que visam a tão somente resguardar vidas, ainda tenhamos que constatar, a cada fim de semana, um festival de desrespeito às normas. Casas noturnas lotadas, festas clandestinas, reuniões e eventos que possibilitam a aglomeração, em sua maioria injustificável. Para completar, não se adotam as medidas de proteção. Qual o sentido?

São, de fato, tão importantes e necessárias as baladas? Os passeios pelo Centro Histórico não poderiam esperar um pouco mais? O futebol do fim de semana não poderia ter uma pausa? As festas com centenas de jovens não poderiam ser reprogramadas? Não se pode classificar acontecimentos como esses como normal.

Diferentemente da primeira onda, a segunda leva da Covid-19 parece não obedecer limites de idade, alcançando, sobretudo, o público jovem. Justamente aquele que mais tem dado de ombros, exatamente aquele que quebra as normas para sair na baladinha. Parece que o lema de viver dez anos em um.

Para os que se acham de ferro e acreditam que por nenhum mal serão acometidos, cuidado! Para aqueles que pensam em viver o dia como se fosse o último, pode, de fato, estar concretizando seu desejo internalizado. As festas, bares, peladas, praças e todas as outras formas de aglomeração continuam com vagas para os insensíveis que querem desrespeitar os limites do bom senso. Por outro lado, as UTIs estão lotadas e já não dão conta das filas para internação. Pense bem!

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



Estigmas e conspirações

Estamos há um ano defendendo as mais diversas teses sobre a real causa da pandemia. Os dedos da humanidade apontam em todas as direções. sem apresentar, porém, uma resposta clara com algum lastro científico.

Como nos ensina a sabedoria popular, não dá para “tapar o sol com a peneira”. A origem do novo coronavírus não é um pangolim, nem um laboratório, mas uma crise ecológica provocada pelas sociedades neoliberais.

A pandemia – cujos desdobramentos ainda são incertos – é um espelho que devolve o reflexo destrutivo da atividade humana. A expansão infecciosa que alterou com traços despóticos a ordem geopolítica mundial, está diretamente ligada à forma como o ser humano se relaciona com a natureza.

Porém, é importante acrescentar que as razões pelas quais o impacto da pandemia na mortalidade esteja sendo cruel e devastador, estão ligadas diretamente ao que os governos estão fazendo no enfrentamento da crise sanitária e à maneira como as pessoas estão se comportando para se preservarem.

Por outro lado, a destruição da natureza na qual as civilizações modernas estão imersas – defecando sobre os ecossistemas e tornando-os praticamente disfuncionais com sérias consequências para o planeta – tem comprovadamente relação direta com a origem das pandemias.

Até agora, todas as pesquisas sérias desenvolvidas para saber a origem exata da Covid-19, apontam para a perda de biodiversidade gerada por atividades econômicas, como o desmatamento, o comércio e a criação intensiva de espécies animais.

Na natureza – segundo estudos científicos – existem 1,7 milhão de vírus desconhecidos que podem atingir a espécie humana, a qualquer momento, em um processo de zoonose, como reflexo das intervenções do homem no meio ambiente.

No anseio de expandir-se, a humanidade invade florestas, destruindo o escudo protetor que coloca barreiras entre o ser humano e os vírus que saem de animais selvagens e atingem o homem.

Estima-se que 70% das epidemias têm a ver com a devastação de matas, que abala os ecossistemas de tal modo que populações de morcegos – animal que serve de reservatório de diversos tipos de coronavírus – são obrigadas a se deslocar do seu ‘habitat’, trazendo vírus ocultos que saltam para o ser humano, com o círculo vicioso das nossas más práticas.

Portanto, a propagação de vírus está relacionada à maneira predatória como interagimos com a natureza, sendo a pandemia um sintoma a mais para percebermos que não estamos em paz com o planeta Terra.

O sistema de crescimento econômico já está se deparando com os limites físicos do planeta, do qual cada vez restam menos recursos para extrair. Assim, a natureza – de uma forma quase mitológica – envia seus sinais de alerta em forma de pandemia e de colapso sanitário.

Com nossas práticas predatórias, nos tornamos uma bomba-relógio na eclosão de novas pandemias. A tirania do PIB, a cultura de medir a prosperidade de um Estado em função de sua riqueza material, está começando a ter resultados paradoxalmente antieconômicos e mortíferos.

Propagação

O novo coronavírus colocou no foco midiático o impacto que os mercados úmidos e a criação de espécies invasoras podem acarretar na saúde. O mercado de Wuhan, epicentro da pandemia da Covid-19, foi determinante para entendermos como o ser humano se expõe ao entrar em contato com espécies retiradas de seus habitats.

Prevenção

A única forma de prevenir contra novos vírus é desacelerar. Essa é uma ideia baseada em toneladas de artigos científicos que dizem que é mais custoso reagir diante de uma pandemia do que prevenir.

Desafio

A pandemia pôs em xeque as formas de organização social e política e mostrou-se um desafio para a ciência. Para alguns pensadores, seria a possibilidade de mudança de paradigma e construção de novos sistemas políticos e econômicos, calcados na solidariedade, no bem comum e cuidado com o meio ambiente.

Pesquisas

Adiantado há alguns anos sobre a possibilidade de uma pandemia atingir o mundo, o bilionário Bill

Gates já financiava pesquisas em biotecnologia para dar respostas a um possível novo patógeno. Ele afirmou que a Fundação Gates teria mais dinheiro que Estados para financiar o desenvolvimento de um imunizante.

Desinformação

A campanha de desinformação que acompanha a propagação do Covid-19 corroeu a confiança na ciência e enganou os indivíduos sobre as precauções mais eficazes para reprimir o vírus e garantir a segurança.

Recordes

O Brasil segue batendo recordes de contaminação e morte em consequência da Covid-19. A guilhotina da falta de oxigênio e de leitos nas UTIs se mantém armada sobre os pescoços de milhares nas cidades do Brasil.

Doentes

Na balança dos negócios pandêmicos da atualidade, a quantidade numérica dos doentes, dos mortos e dos adoecidos n’alma tem lugar certo nas bandejas cujas cordas que as movimentam estão sendo, principalmente, acionadas a partir de estudos da audiência político-econômica e eleitoral.



EM FAVOR DA ADVOCACIA

A Ordem Maranhense, por meio da Procuradoria Estadual de Defesa das Prerrogativas, deu entrada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) pedindo a suspensão dos efeitos da Portaria-GP – 2232021, que prorroga a suspensão, até o dia 15 de abril de 2021, de todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão. A ACP requereu ainda que seja determinado ao TJMA a adequação necessária para assegurar o atendimento remoto de advogados, advogadas e jurisdicionados.

Plano de saúde não pode ser cancelado para dependentes após morte do titular

Uma operadora de saúde não pode cancelar o plano para dependentes se o titular vier a falecer e os dependentes continuarem a efetuar os pagamentos. Foi dessa forma que a 2ª Vara Cível de São Luís confirmou decisão liminar e proferiu sentença em favor dos autores, pais do titular do plano. A ação foi movida em face da GEAP Autogestão em Saúde. A Justiça determinou a manutenção do plano de saúde dos autores nas mesmas condições contratadas quando seu filho, titular originário do plano de saúde, era vivo.

A ação narra que os requerentes são beneficiários do plano de saúde da demandada na condição de dependentes do titular, filho dos autores, que veio a falecer em 30 de julho de 2014. Relatam que comunicaram o ocorrido a empresa ré, visando continuar utilizando os benefícios do plano de saúde, comprometendo-se a assumir os pagamentos, e que em março de 2015 eles receberam comunicação da gestora do plano sobre o fim da cobertura, o que, segundo os autores, pautou-se em uma interpretação equivocada da Lei 9656/98 (Lei dos Planos de Saúde). Por fim, pediram pela concessão e posterior confirmação dos termos da tutela provisória de urgência. De pronto, a tutela antecipada, que é a aplicação dos efeitos da ação antes do término do processo, foi deferida. No mérito, a demandada

contestou, argumentando sobre a sua natureza jurídica de operadora de plano de saúde na modalidade de autogestão e a legalidade do cancelamento do plano de saúde, pedindo pela improcedência dos pedidos dos autores. Foi realizada audiência de conciliação, mas as partes não chegaram a um acordo.

LEI DOS PLANOS DE SAÚDE

“Diz a Lei dos Planos de Saúde que, em caso de morte do titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano ou seguro privado coletivo de assistência à saúde, nos termos do disposto neste artigo (...) No presente caso, em que pese a redação do regulamento plano de saúde e os demais argumentos apresentados pela empresa ré, a sua interpretação restritiva representa flagrante desvantagem aos Autores, situação essa, que não pode ser chancelada pelo Poder Judiciário”, discorre a sentença.

A Justiça cita que a saúde, bem de extraordinária relevância à vida, foi elevada pela Constituição Federal de 1988 à condição de direito fundamental do homem, manifestando constante preocupação em garantir a todos uma existência digna, segundo os ditames da justiça social. A sentença frisa, ainda, a situação de grande vulnerabilidade dos autores.

Vara da Saúde recebe demanda contra a Fazenda Pública da Ilha

A quatro meses de completar um ano de sua instalação, a Vara da Saúde Pública da Comarca da Ilha contabiliza um acervo de 563 processos cíveis contra a Fazenda Pública estadual e municipal de São Luís (sede), Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa. A unidade tem competência para processar e julgar ações judiciais relacionadas ao Sistema Único de Saúde - com exceção da demanda suplementar (Planos de Saúde), quanto à internação hospitalar, cirurgia, fornecimento de medicamentos, órteses e próteses, qualquer que seja o valor

da causa. Recebe processos 100% digitais, que tratam sobre direitos individuais, demandas em face do Estado e/ou dos municípios da Região Metropolitana. Segundo a juíza auxiliar de entrância final, Laysa Martins Mendes, que responde pela Vara da Saúde, o perfil da demanda é, principalmente, por medida judicial liminar para concessão de internação de pacientes em hospitais públicos, fornecimento de medicamentos e cirurgias eletivas. No auxílio técnico à vazão da demanda, a juíza conta com o apoio técnico do Núcleo de

Apoio Técnico do Judiciário do Maranhão (NATJUS). “Verificamos a evidência científica daquilo que está sendo requerido, para não ficar somente adstrito à prescrição do médico assistente da parte autora. Isso faz com que tenhamos mais critério (nas decisões)”, explicou. A juíza informou que a Vara da Saúde Pública funciona no 5º andar do Fórum “Desembargador Sarney Costa”, no bairro do Calhau, em São Luís. O atendimento ao público está sendo prestado seguindo as normas sanitárias de prevenção à Covid-19 estabelecidas pelo Poder Judiciário nacional e estadual.

Foram disponibilizados para contato com o público em geral o e-mail varasaude_slz@tjma.jus.br e o telefone/whatsapp 3194-5548. A Vara da Saúde foi criada pela Lei Complementar nº 213/2019 e instalada em 15 de julho de 2020. Passou a receber demandas de saúde pública distribuídas nas unidades judiciais a partir de 5 de abril de 2019. Processos distribuídos antes dessa data permaneceram em suas unidades de origem. Atualmente, a unidade recebe uma média de 29 processos ao mês, segundo dados do sistema Termojuris, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.